**Nota Técnica nº 002/2018/NFP**

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2018.

# REFERÊNCIAS:

Processo Administrativo (PA) nº 48610.014330/2017-87

Assunto: Alteração da Regulamentação do Envio de Dados de Produção e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Água (Resolução ANP nº 65, de 10 de dezembro de 2014).

# OBJETIVO

Apresentar, para apreciação da Diretoria Colegiada da ANP, minuta de resolução revisando o Regulamento Técnico de Envio de Dados de Produção e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Água, anexo à Resolução ANP nº [65](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/resolucoes_anp/NXT/gateway.dll?f=id$id=RANP%203%20-%202011), de 10 de dezembro de 2014.

# ****Histórico e motivação****

Trata-se de minuta de resolução proposta pelo Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção (NFP) com o objetivo de revisar o Regulamento Técnico de Envio de Dados de Produção e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Água, anexo à Resolução ANP nº [65](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/resolucoes_anp/NXT/gateway.dll?f=id$id=RANP%203%20-%202011), de 10 de dezembro de 2014.

O NFP elaborou a Nota Técnica nº 039/2017/NFP (fls. 4/14 do PA) apresentando, em seu anexo, a primeira minuta da resolução acima referida (fl. 31 do PA).

Em seguida, a Coordenação de Qualidade Regulatória da SEC (CQR) sugeriu alterações com marcas de revisão (fls. 36/37), devolvendo os autos ao NFP.

Por meio da presente Nota Técnica, portanto, o NFP apresenta nova minuta de resolução, incorporando parcialmente as sugestões da CQR e justificando os pontos alterados em relação à versão da SEC de fls. 38. As justificativas para os demais dispositivos da minuta encontram-se na Nota Técnica nº 039/2017/NFP (fls. 4/14 do PA).

# dos pontos alterados em relação à MINUTA DA CQR DE fls. 38 E DAS RESPECTIVAS justificaTIVAS

Abaixo, o NFP apresenta os pontos alterados em relação à minuta consolidada pela CQR da SEC de fls. 38 do PA, com as respectivas justificativas.

## Preâmbulo: inclusão do número do presente processo.

Primeiramente, foi incluído o número do presente processo administrativo (48610.014330/2017-87) no preâmbulo da minuta de resolução, que trata da proposta de alteração da Resolução ANP nº 65, de 10 de dezembro de 2014.

## Justificativa para a redação do item 1.2.1.6 da minuta anexa:

*1.2.1.6. Medição para transferência de custódia de petróleo e gás natural quando solicitados pela ANP.*

O NFP propõe que se mantenha a redação originalmente proposta a fl. 31-v do PA, **justificada na Nota Técnica nº 039/2017/NFP (fls. 4/14 do PA), à qual nos reportamos.**

A redação proposta pela CQR da SEC (fl. 36-v) restringe a hipótese à *“medição da produção”*. No entanto, a Resolução nº 65/2014, a Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013 e o Regimento Interno da ANP (Portaria ANP nº 69/2011) (art. 43, II) preveem expressamente a fiscalização da ***movimentação*** de petróleo e gás natural, não restringindo-a, portanto, apenas aos dados referentes à produção em si.

Diante disso, o campo de aplicação do Regulamento Técnico de Envio de Dados não deve ser restringido somente aos dados referentes à produção, devendo abranger também os dados de movimentação, *“****quando solicitados pela ANP”* (vide parte final do dispositivo)**, trecho este que deve ser lido como: **quando o NFP ou outra área da ANP, especificamente, solicitar os dados, no âmbito de sua competência fiscalizatória regimental.**

Nesse contexto, em relação aos dados referentes aos pontos de recebimento e de entrega de gás natural dos gasodutos de transporte, mencionados pela CQR a fl. 36-v, cabe deixar claro que tais dados só deverão ser enviados de acordo com a Resolução nº 65/2014 **se forem especificamente solicitados pela área competente da ANP**, não havendo qualquer prejuízo a essa atividade. Muito pelo contrário: o dispositivo permitirá a solicitação dos dados **quando conveniente**.

## Justificativa para a redação do item 3.1 da minuta anexa:

*3.1. O agente regulado deve realizar o cadastro dos pontos de medição fiscais, de apropriação, transferência de custódia e operacionais de petróleo, gás natural e água no SFP da ANP nas hipóteses previstas no item 1.2.1 deste Regulamento.”*

**Redação atual a ser alterada:**

*“3.1. O agente regulado deve realizar o cadastro dos pontos de medição fiscais, de apropriação e operacionais de petróleo, gás natural e água no SFP da ANP.”*

Como se vê acima, a proposta de alteração abrange: (i) inclusão dos pontos de medição de transferência de custódia no dispositivo; e (ii) inclusão meramente didática do trecho *“nas hipóteses previstas no item 1.2.1 deste Regulamento”*.

O ponto (i) acima se justifica pelo fato de que os sistemas de medição de transferência de custódia estão sujeitos ao Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013, conforme o art. 2º, inciso V, da referida resolução.

Observe-se que, pela mesma razão, o NFP havia sugerido a inclusão de previsão de alteração do cadastro dos pontos de transferência de custódia no item 3.1.3 da minuta, conforme a Nota Técnica nº 039/2017/NFP (fls. 4/14 do PA). Porém, não sugeriu expressamente o próprio cadastro de tais pontos no item 3.1, o que faz agora.

Em relação ao ponto (ii) acima, sugere-se a inclusão do trecho *“nas hipóteses previstas no item 1.2.1 deste Regulamento”* para fins meramente didáticos, de modo a deixar claro que nem todos os pontos de medição deverão ser cadastrados no SFP, mas tão somente aqueles que se enquadrarem nas hipóteses previstas no item 1.2.1 do Regulamento. Com isso, evitam-se possíveis dúvidas geradas por uma leitura isolada do dispositivo que não leve em conta o campo de aplicação previsto no item 1.2.1.

## Justificativa para a redação do item 3.1.3 da minuta anexa:

*3.1.3. Qualquer alteração dos sistemas de medição aplicados aos pontos de medição cadastrados no SFP deve ser atualizada no respectivo cadastro em até 3 (três) dias úteis após a realização da alteração.*

**Redação atual a ser alterada:**

*“3.1.3. Qualquer alteração dos sistemas de medição aplicados aos pontos de medição fiscais, de apropriação ou operacionais de petróleo, gás natural e água deve ser atualizada no cadastro dos pontos de medição do SFP em até 1 (um) dia útil após a realização da alteração.”*

Além das justificativas já lançadas na Nota Técnica nº 039/2017/NFP (fls. 4/14 do PA) em relação à mudança de prazo (de 1 para 3 dias), cabe acrescentar que a proposta de alteração da parte inicial do dispositivo objetiva apenas simplificar e trazer maior clareza à sua redação. Ou seja, em vez de serem citados todos tipos de pontos desnecessariamente (pontos de medição fiscais, de apropriação, transferência de custódia ou operacionais), prefere-se citar apenas os *“pontos de medição* [já ou que vierem a ser] *cadastrados no SFP”*, pois, estes sim, se forem alterados, devem ser atualizados no sistema. No mesmo sentido, os dados dos pontos não cadastrados não devem ser atualizados no sistema, por óbvio.

A citação aos tipos de ponto (redação original) pode trazer dúvidas caso leitura do dispositivo seja feita isoladamente, sem combinação com o campo de aplicação previsto no item 1.2.1 do Regulamento.

## Justificativa para a alteração do item 5.1 da minuta anexa:

*5.1. O agente regulado deve enviar os dados e informações dos sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural, de apropriação contínua de petróleo e gás natural, de transferência de custódia de petróleo e gás natural, operacional de petróleo, gás natural queimado/ventilado, gás natural injetado e água, bem como os potenciais de produção dos testes de poços e os resultados das análises físico-químicas de petróleo e gás natural, nas hipóteses previstas no item 1.2.1 deste Regulamento.*

**Redação atual a ser alterada:**

*“5.1. O agente regulado deve enviar os dados e informações dos sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural, de apropriação contínua de petróleo e gás natural, operacional de petróleo, gás natural queimado/ventilado, gás natural injetado e água, bem como os potenciais de produção dos testes de poços e os resultados das análises físico-químicas de petróleo e gás natural.”*

A alteração do item 5.1 do Regulamento abrange apenas a inclusão dos dados da transferência de custódia, conforme as justificativas referentes ao item 1.2.1.6 da minuta anexa (vide Nota Técnica nº 039/2017/NFP a fls. 4/14 do PA e item 4.2 desta Nota).

A inclusão do trecho *“nas hipóteses previstas no item 1.2.1 deste Regulamento”* está justificada no item 4.3 acima, ou seja, serve para fins meramente didáticos, de modo a deixar claro que os dados devem ser enviados nas situações que se enquadrarem nas hipóteses previstas no item 1.2.1 do Regulamento. Com isso, evitam-se possíveis dúvidas geradas por uma leitura isolada do dispositivo que não leve em conta o campo de aplicação previsto no item 1.2.1.

## Justificativa para a redação do item 5.3.1 da minuta anexa:

*5.3.1. Para campos cuja produção seja medida de maneira compartilhada, a autorização prevista no item 5.3 deste Regulamento só poderá ser concedida caso a produção de cada um dos campos compartilhados entre si não ultrapasse, na média mensal, 15 m³/d de petróleo e 2.000 m³/d de gás natural.*

No que tange ao conteúdo do dispositivo proposto, nos reportamos às justificativas já lançadas na Nota Técnica nº 039/2017/NFP (fls. 4/14 do PA).

O dispositivo acima havia sido sugerido na Nota Técnica nº 039/2017/NFP (fls. 4/14 do PA) e na minuta de fls. 31-v, mas ficou suprimido na minuta de fls. 36-v, aparentemente por mero erro material.

A proposta de numeração (“5.3.1”) se justifica pois, pela manifestação da CQR da SEC, vem sendo admitida pela ANP o aproveitamento da numeração de dispositivo a ser revogado (o atual item 5.3.1 do Regulamento), tratando-se de regulamentação anexa a uma resolução. Portanto, por tratar de hipótese de desdobramento da situação prevista no item 5.3 do Regulamento, sugere-se que o novo dispositivo seja localizados na sua sequência.

## Justificativa para a renumeração do item 5.3.2 do Regulamento para 5.4, conforme os arts. 1 e 2º da minuta de resolução anexa:

*5.4. Os dados e informações dos sistemas de medição de petróleo, gás natural e água contidos nos arquivos XML são considerados complementares aos relatórios de medição estabelecidos nos itens 10.1.4 e 10.1.5 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013.*

A proposta de renumeração do dispositivo (“5.4”) se justifica tendo em vista que o seu conteúdo não trata de desdobramento da situação prevista no item 5.3 do Regulamento, mas sim do item 5.

## Justificativa para inclusão do termo *“movimentação”* no item 6.4.1 do Regulamento

A inclusão do termo *“movimentação”* no item 6.4.1 do Regulamento se justifica tendo em vista que a medição operacional se refere tanto à produção como à movimentação de petróleo e gás natural (vide item 3.43 do RTM/2013).

## Justificativa para a nova redação do item 6.6 da minuta anexa e a renumeração do item 6.6 da minuta anterior para 6.7

A redação do item 6.6 da minuta anexa, que será incluído no Regulamento, se justifica tendo em vista que o prazo para o envio de dados referentes à transferência de custódia não havia sido prevista expressamente no Regulamento Técnico de Envio de Dados. Assim, tal inclusão está em conformidade com a inclusão do item 1.2.1.6, acima proposto e justificado.

O item 6.6.1 segue a redação dos itens anteriores, apenas sendo adaptado para transferência de custódia, que trata da movimentação do fluido.

Com a inclusão do item referente à transferência de custódia, o item 6.6 da minuta anterior foi renumerado para 6.7, estando a sua redação justificada na Nota Técnica nº 039/2017/NFP (fls. 4/14 do PA).

## Justificativa para inclusão de nova redação do artigo 2º da minuta anexa e consequente renumeração do art. 2º da minuta anterior para art. 3º

*Art. 2º O item 5.3.2 do Regulamento Técnico de Envio de Dados de Produção e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Água, aprovado pela Resolução ANP nº* [65](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/resolucoes_anp/NXT/gateway.dll?f=id$id=RANP%203%20-%202011)*, de 10 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a numeração 5.4.*

*Art. 3º  Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.*

A redação do art. 2º da minuta anexa se justifica para deixar claro que o item 5.3.2 será renumerado para 5.4, por ser desdobramento do item 5, e não do item 5.3.

A mera menção à alteração no art. 1º da minuta anexa (item 5.4, justificada no item 4.7 desta Nota Técnica) poderia fazer com que se incluísse o item 5.4 no Regulamento e se mantivesse o atual item 5.3.2 do Regulamento, pois a este não há menção explícita no art. 1º da minuta anexa.

Sugere-se, então, que a renumeração fique explícita no art. 2º da minuta de resolução, pois, do contrário, o responsável pela atualização do Regulamento poderia não atentar para a renumeração do item, que está somente implícita no art. 1º da minuta. Nesse caso, o Regulamento poderia ficar com duas redações iguais em dois itens (5.3.2 e 5.4). Assim, o art. 2º deixa claro que o atual item 5.3.2 deve ser renumerado para 5.4, deixando de existir a numeração 5.3.2 no Regulamento.

Com isso, consequentemente, deve haver a renumeração do art. 2º da minuta anterior para art. 3º na minuta anexa.

# Conclusões

Diante do exposto, após as considerações apresentadas na Nota Técnica nº 039/2017/NFP (fls. 4/14 do PA), nos documentos juntados pela SEC a fls. 36/38 e na presente Nota, recomendamos a aprovação da minuta de resolução anexa, após as considerações da Douta Procuradoria-Geral Federal junto à ANP.

Esta é a Nota Técnica.

**Julio Carneiro Silveira Ramos**

Especialista em Regulação

Matrícula SIAPE nº 2073136

De acordo,

**Gustavo Ribeiro de Menezes**

Chefe do Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural

Anexos: Minuta de Resolução Com e Sem Marcas de Revisão.